



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

**ANEXO****ANEXO V DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 1/2021 – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N. \_\_\_\_/2021**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, APOIO OPERACIONAL, APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL, APOIO COPA E APOIO ADMINISTRATIVO, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, COM FORNECIMENTO DE UNIFORME, EPIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA E SEUS ANEXOS.

**CONTRATANTE: UNIÃO**, por intermédio da **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Senhora ALINE FREITAS DA SILVA, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJRO-Diref 10470754.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, telefone ( ) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG n. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n. \_\_\_\_\_, de acordo com a representação outorgada por contrato social, documento \_\_\_\_\_.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato, instruído nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n. 0000382-47.2020.4.01.8012, decorrente do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2021, e em observância às disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, apoio operacional, apoio à manutenção predial, apoio copa e apoio administrativo, sem fornecimento de material de higiene e limpeza, com fornecimento de uniforme, EPIS, ferramentas e equipamentos, pelo prazo de 30 (trinta) meses, para atender às necessidades da Seção Judiciária de Rondônia e seus anexos, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2021 e na forma da tabela a seguir:

ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL					
ITEM	CATEGORIA	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	JORNADA DE TRABALHO
1	Servente de Limpeza	5143-20	m²	07	8 horas diárias ou 44 horas semanais
2	Servente de Limpeza para Banheiros Públicos/Coletivos/Salas Médicas e Odontológicas	5143-20		02	
3	Encarregado das Atividades de Limpeza e Conservação Predial	4101-05	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
ATIVIDADES DE APOIO COPA					
ITEM	CATEGORIA	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	JORNADA DE TRABALHO
4	Copeira	5134-25	Posto	02	8 horas diárias ou 44 horas semanais
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL					
ITEM	CATEGORIA	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	JORNADA DE TRABALHO
5	Auxiliar de Serviços Gerais	5143-25	Posto	02	8 horas diárias ou 44 horas semanais
6	Jardineiro	6220-10	m²	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
ATIVIDADES DE APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL					
ITEM	CATEGORIA	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	JORNADA DE TRABALHO
7	Eletricista de Baixa Tensão	7321-20	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
8	Oficial de Manutenção Predial	5143-25		01	
ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO					
ITEM	CATEGORIA	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	JORNADA DE TRABALHO
9	Auxiliar de Escritório	4110-05	Posto	26	8 horas diárias ou 44 horas semanais
10	Almoxarife	4141-		01	

		05		
11	Recepcionista	4221-05		02
12	Mensageiro Motorizado	4122-05		01
13	Encarregado das Atividades de Apoio Administrativo	4101-05		01
<b>QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA</b>				<b>48</b>

§ 1º O contrato não gera vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta entre as partes.

§ 3º Para a perfeita execução dos serviços, a futura CONTRATADA deverá disponibilizar, além da mão de obra, os itens necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo II deste contrato, documento \_\_\_\_\_, promovendo sua substituição quando necessário.

§ 4º A CONTRATANTE fornecerá os materiais de limpeza e higienização necessários à CONTRATADA para a execução dos serviços de limpeza.

§ 5º A CONTRATANTE deverá observar a Descrição das Atribuições dos Postos de Serviços – Anexo III do contrato, documento \_\_\_\_\_, além da Qualificação Mínima Exigida para Cada Categoria – Anexo IV deste instrumento, documento \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DA QUANTIDADE E DA LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS

O valor global do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente ao período de 30 (trinta) meses, com parcelas mensais de R\$ \_\_\_\_\_.

§ 1º O valor global do contrato decorre da composição de preços dos postos de serviço, conforme estabelecido a seguir:

ITEM	LOCAL	SERVIÇOS	JORNADA	EMPREGADO-POSTO	VALOR MENSAL POR EMPREGADO (R\$)	QTDE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
1	Sede e Anexo	Servente de Limpeza	44 horas	1		7			
2		Servente de Limpeza para Banheiros Públicos	44 horas	1		2			
3		Jardineiro	44 horas	1		1			
4	Sede	Encarregado das Atividades de Limpeza e Conservação Predial	44 horas	1		1			
5		Copeira	44 horas	1		2			
6		Auxiliar de Serviços Gerais	44 horas	1		2			
7		Eletricista de Baixa Tensão	44 horas	1		1			
8		Oficial de Manutenção Predial	44 horas	1		1			

9	Auxiliar de Escritório	44 horas	1		26			
10	Almoxarife	44 horas	1		1			
11	Recepcionista	44 horas	1		2			
12	Mensageiro Motorizado	44 horas	1		1			
13	Encarregado das Atividades de Apoio Administrativo	44 horas	1		1			
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS (R\$)</b>					<b>48</b>			
<b>VALOR PARA HORAS EXTRAS E DESLOCAMENTOS (R\$)</b>								<b>50.000,00</b>
<b>VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)</b>								

§ 2º Nos meses de início e término do contrato, os pagamentos serão devidos nas proporções dos dias de serviço efetivamente prestados.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido (PTRES): \_\_\_\_\_; Natureza de Despesa (ND): 339039 – Serviço de Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho n. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros seguintes, serão emitidas notas de empenhos estimativas para custeio das despesas com os créditos orçamentários dos respectivos exercícios.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, com início em **05/04/2021** e término em **04/04/2024**.

§ 1º O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por mais um período, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos, de forma simultânea, os seguintes requisitos:

- prestação regular dos serviços;
- manutenção de interesse da CONTRATANTE na realização dos serviços;
- disponibilidade orçamentária para a prorrogação;
- manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a CONTRATANTE; e
- concordância expressa da CONTRATADA.

§ 2º Na análise de vantajosidade do valor do contrato, deverá ser providenciada a negociação para a redução ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

§ 3º A vantajosidade econômica para prorrogação do futuro contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

- quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;
- quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação

possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

- c. no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 4º A aplicação das penalidades de declaração de idoneidade, de impedimento de licitar ou contratar com a União, de suspensão de licitar e contratar com a CONTRATANTE impede a prorrogação do contrato.

§ 5º A execução dos serviços contratados deverá iniciada no dia **05/04/2021**.

§ 6º A CONTRATADA deverá submeter à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias corridos antes do início da prestação, relação dos empregados, em especial os prepostos, contendo nome completo, documento de identidade, foto 3x4, RG, CPF e as comprovações de capacidades técnicas exigidas, se for o caso, a qual deverá ser imediatamente atualizada e comunicada, por ocasião de eventual substituição.

- a. Havendo alguma objeção por parte da área de Inteligência/Segurança, a CONTRATADA deverá substituir o empregado imediatamente.

§ 7º Todos os funcionários que executarão os serviços contratados deverão comparecer devidamente uniformizados, no máximo, a partir do 10º (décimo) dia útil da vigência contratual, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a confecção e o fornecimento dos uniformes em tempo hábil.

§ 8º Até o 10º (décimo) dia útil da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos ou consertados em 24 horas;

## CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

O objeto deste instrumento será executado, concomitantemente, nos locais a seguir relacionados, de acordo com os serviços indicados:

### a. Serviços de Limpeza e Conservação, Apoio Operacional e Apoio à Manutenção Predial:

- i. Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia: Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
Área Interna	Pisos carpetados	306,92 m²	6.510,19 m²
	Pisos Frios - Alta densidade mobiliário	204,69 m²	
	Pisos Frios - Média densidade mobiliário	4.115,08 m²	
	Pisos Frios - Baixa densidade mobiliário	1.040,66 m²	
	Banheiros Públicos e Coletivos	133,73 m²	
	Banheiros Privativos	100,70 m²	
	Almoxarifados/Galpões	277,49 m²	
	Oficinas	246,54 m²	
	Salas Odontológicas / Médicas	84,38 m²	
Área Externa	Varrição de passeios e Estacionamento	4.757,16 m²	7.374,12 m²
	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	2.616,96 m²	
Esquadrias Externas e	Face externa com exposição à situação de risco	1.238,00 m²	1.245,35 m²

<b>Fachadas Envidraçadas</b>	Face externa sem exposição à situação de risco	7,35 m²	
------------------------------	--	---------	--

- ii. Anexo I (Arquivo Judicial e Administrativo e Depósito Judicial): Rua Getúlio Vargas, 2891 – São Cristóvão, Porto Velho/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
<b>Área Interna</b>	Pisos Frios - Alta densidade mobiliário	297,22 m²	<b>364,71 m²</b>
	Pisos Frios - Média densidade mobiliário	58,79 m²	
	Banheiros Privativos	8,70 m²	
<b>Área Externa</b>	Varrição de passeios e Estacionamento	372,62 m²	<b>737,85 m²</b>
	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência quinzenal	365,23 m²	
<b>Esquadrias Externas</b>	Face externa sem exposição à situação de risco	22,50 m²	<b>22,50 m²</b>

- iii. Anexo II (Depósito Geral): Rua Itália, n. 2218 – Pedrinhas, Porto Velho/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
<b>Área Interna</b>	Pisos Frios - Alta densidade mobiliário	16,78 m²	<b>192,53 m²</b>
	Pisos Frios - Média densidade mobiliário	131,89 m²	
	Pisos Frios - Baixa densidade mobiliário	10,47 m²	
	Banheiros Privativos	27,80 m²	
	Almoxarifados/Galpões	5,59 m²	
<b>Área Externa</b>	Varrição de passeios e Estacionamento	118,56 m²	<b>525,43 m²</b>
	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência quinzenal	406,87 m²	
<b>Esquadrias Externas</b>	Face externa sem exposição à situação de risco	33,96 m²	<b>33,96 m²</b>

**b. Serviços de Apoio Copa e Apoio Administrativos serão prestados, preferencialmente, nos seguintes locais:**

- Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia: Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO;
- Anexo I (Arquivo Judicial e Administrativo e Depósito Judicial): Rua Getúlio Vargas, 2891 – São Cristóvão, Porto Velho/RO.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ÁREA DE PRODUTIVIDADE DOS POSTOS DE LIMPEZA E JARDINAGEM**

A produtividade diária estabelecida por servente, para a contratação dos serviços de limpeza e jardinagem, seguirá os parâmetros estabelecidos na Planilha de Produtividade para o Serviço de Limpeza e Jardinagem – Anexo VI deste

instrumento, documento \_\_\_\_\_.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CONTRATANTE, DA CARGA HORÁRIA E DAS JORNADAS DE TRABALHO**

O horário de funcionamento da CONTRATANTE, em Porto Velho - RO, é das das 09 às 18 horas, em dias úteis, que poderá ser alterado a critério da Seção Judiciária de Rondônia.

§ 1º Todos os funcionários disponibilizados pela CONTRATADA para ocuparem os postos contratados terão jornada de trabalho de 44 horas semanais, sendo:

- a. de segunda a sexta: de 08 às 12 horas e de 14 às 18 horas, ou seja, com intervalo intrajornada de 2 horas;
- b. aos sábados, quando convocados pela CONTRATANTE, de 08 às 12 horas.

§ 2º Respeitando o máximo de 8 horas diárias e 44 horas semanais, o horário de trabalho acima discriminado poderá ser alterado e comunicado previamente à CONTRATADA, de acordo com a conveniência e necessidade do serviço, para que não haja solução de continuidade da prestação do serviço jurisdicional.

§ 3º A prestação dos serviços dar-se-á sempre respeitando o intervalo mínimo de 1 (uma) hora e máximo de 2 (duas) horas para descanso e alimentação, conforme definição da CONTRATANTE, na montagem das equipes de trabalho, o qual será comunicado previamente à CONTRATADA.

§ 4º A CONTRATANTE reserva-se ao direito de convocar os empregados terceirizados para trabalharem aos sábados, sempre que houver necessidade, e respeitada a carga horária semanal prevista em contrato (44 horas semanais), obrigando-se a restituir à CONTRATADA os valores correspondentes ao fornecimento do vales-transportes aos convocados, sempre que a quantidade mensal de vales utilizada pelos funcionários em decorrência de tais convocações, extrapolar a quantidade mensal prevista na planilha de custos e formação de preços.

§ 5º Atendendo, entre outros, ao princípio da economicidade (redução de despesas com consumo de energia elétrica, água, produtos de limpeza, etc.) e à conveniência da CONTRATANTE, em situação ou período de redução do expediente do órgão, incluindo período de recesso forense, a jornada diária dos postos de trabalho poderá ser reduzida, sem qualquer prejuízo ao trabalhador.

- a. Em feriados institucionais do órgão, quando não houver expediente, os postos de trabalho poderão ser dispensados;
- b. Em caso de transferência de datas de feriados por meio de portaria emitida pela CONTRATANTE, os postos de trabalho deverão seguir o que for determinado pelo órgão, prestando os serviços no dia de funcionamento do órgão, mesmo que seja feriado oficial e usufruindo a folga do feriado na data transferida pela portaria, sem qualquer direito a percepção de hora extra, uma vez que haverá a compensação do dia, previamente definido neste instrumento;
- c. Eventuais ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, para providências junto aos postos de trabalho.

§ 6º De forma excepcional, será dada oportunidade para o regime de teletrabalho aos prestadores de serviços das categorias Auxiliar de Escritório e Almoxarife, que se enquadrarem em grupo de risco, para tratamento de saúde, como uma das medidas para enfrentamento de emergência de Saúde Pública de importância Nacional ou Internacional, de acordo com as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, com vistas à prevenção e proteção da saúde do público interno e externo.

- a. Ficará a critério da CONTRATANTE, a concessão de equipamentos e recursos de tecnologia da informação para realização remota das atividades judiciais e administrativas.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS HORAS EXTRAS E DOS DESLOCAMENTOS**

Todo e qualquer serviço extraordinário que resulte em horas extras, deslocamento para dentro ou fora do Estado (diárias e passagens), aos prestadores de serviço deverá ser precedido de pedido escrito da CONTRATANTE ou

deverá ser realizado apenas com sua expressa autorização, a qual se constitui condição essencial para o pagamento à CONTRATADA das respectivas horas extras ou diárias pagas a seus funcionários.

§ 1º Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado, com base nas horas autorizadas e efetivamente trabalhadas, apuradas mediante controle da frequência, que será vistado pelo gestor do contrato.

§ 2º De acordo com o deslocamento, o pagamento será de diária inteira ou meia diária, sem incidência de encargos previdenciários e trabalhistas, com valores estabelecidos conforme a Convenção Coletiva Trabalhista da Categoria em vigor.

§ 3º A CONTRATADA deverá fornecer o bilhete de passagem rodoviária intermunicipal e adiantar a quantia das diárias correspondentes por dia de deslocamento, para fins de refeição, transporte no local de execução dos serviços e hospedagem (pernoite), mediante recibo de depósito na conta bancária do funcionário.

§ 4º Quando o deslocamento for realizado em veículo oficial da CONTRATANTE, não haverá a necessidade de fornecimento de bilhete de passagem rodoviária, situação que será informada à CONTRATADA quando da solicitação de deslocamento.

§ 5º As despesas relativas às diárias e aos bilhetes de passagens serão repassadas à CONTRATADA por meio de reembolso, a qual deverá apresentar à CONTRATANTE fatura/nota de reembolso separada da nota fiscal de prestação de serviços, juntamente com bilhetes de passagens utilizados (quando for o caso) e os comprovantes de pagamento das diárias em nome do funcionário que as recebeu.

§ 6º Não haverá necessidade de apresentação de comprovação das despesas efetuadas pelo funcionário durante seu deslocamento, sendo que a quantidade de diárias efetivamente utilizada será aferida pelos bilhetes de passagens ou, quando o deslocamento for feito em veículo oficial da CONTRATANTE, a aferição, se necessária, será feita por meio de consulta à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – Sevit.

§ 7º O dia do retorno do deslocamento será contabilizado como meia diária.

§ 8º A CONTRATADA remunerará as horas extras de seus empregados, com o percentual de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal nos dias compreendidos de segunda à sábado e 100% (cem por cento) nos dias de domingos e feriados (Nacional, Estadual, Municipal), de acordo com a CF/88 e a Lei 13.467/2017.

§ 9º Os valores relativos às horas extras, passagens e diárias serão estimados pela CONTRATANTE, sendo desnecessária a inclusão do montante estimado na planilha de preços ofertado, optando-se pelo ressarcimento das despesas em razão dos deslocamentos efetivos e realização das horas extras.

§ 10. Fica estabelecido o valor total de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, para o período de 30 (trinta) meses da vigência do contrato, como montante fixo, não passível de disputa no certame, a fim de ressarcimento à CONTRATADA dos valores pagos com horas extras, diárias e passagens, previamente autorizados pela CONTRATANTE.

## CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO E CONTROLE DE PONTO

A CONTRATADA deverá adquirir, instalar e manter, às suas expensas, relógio de ponto ou outro mecanismo de igual ou superior eficiência, para controle do horário de chegada e de saída, exclusivamente, de seus funcionários ocupantes dos postos contratados.

§ 1º O relógio de ponto é de propriedade da CONTRATADA, que se responsabiliza pela sua manutenção, substituição e retirada ao término da vigência contratual, assim como pela correta orientação de seus funcionários para o manuseio do equipamento.

§ 2º Haverá tolerância de 15 (quinze) minutos na chegada dos funcionários que prestarão serviço na sede da CONTRATANTE. Após esse interregno, salvo justo motivo devidamente comprovado, será lançada “falta” ao funcionário e providenciada, pela CONTRATADA, a sua imediata substituição no dia da ocorrência, sob pena de desconto do valor correspondente ao dia não trabalhado, e reflexos no pagamento mensal devido à CONTRATADA.

§ 3º A CONTRATADA deverá enviar mensalmente o registro de ponto de todos os prestadores de serviço, juntamente com os documentos para pagamento do valor mensal dos serviços prestados.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBSTITUIÇÃO EM CASO DE FALTA AO TRABALHO OU FÉRIAS



Nos casos de férias e afastamento justificáveis, até 15 (quinze) dias, não haverá reposição de mão de obra do empregado das categorias de Auxiliar de Escritório e Almoxarife, devendo a CONTRATADA efetuar os ajustes necessários na fatura/nota fiscal do mês de referência.

§ 1º Para as demais categorias, a CONTRATADA deverá manter à disposição, para substituição em caso de falta do colaborador/funcionário ao trabalho, no mínimo, uma pessoa devidamente qualificada ao cargo, evitando substituição sem proveito para a CONTRATANTE.

§ 2º Não serão aceitos prestadores de serviço que não comparecerem completamente uniformizados e limpos ao local de trabalho, sendo lançada “falta” ao funcionário e providenciada, pela CONTRATADA, a sua imediata substituição no dia da ocorrência, sob pena de desconto do valor correspondente ao dia não trabalhado, e reflexos no pagamento mensal devido à CONTRATADA.

§ 3º Será de responsabilidade da CONTRATADA observar, registrar os faltosos e providenciar sua imediata substituição, a fim de garantir a execução do serviço contratado, sem prejuízo à fiscalização pela CONTRATANTE.

§ 4º O gestor do contrato fiscalizará o cumprimento das condições estipuladas neste instrumento, registrando as ocorrências no respectivo Processo Administrativo Eletrônico.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ESCALA DE FÉRIAS**

A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, a fim de não prejudicar o serviço dos postos contratados, a, anualmente, e tão logo seja elaborada, escala de férias dos seus funcionários que prestem serviços à CONTRATANTE.

§ 1º A CONTRATADA deverá conceder férias a seus funcionários à disposição da CONTRATANTE, preferencialmente em 2 (dois) períodos, não inferior a 10 (dez) dias, onde um deles compreenderá o interstício do recesso forense na Justiça Federal, entre os dias 20 (vinte) de dezembro e 06 (seis) de janeiro de cada ano, sem reposição de mão de obra e com os devidos ajustes no faturamento dos meses da ocorrência.

§ 2º A CONTRATADA alterará a escala de férias exibida, a pedido da CONTRATANTE, sempre que houver possibilidade de prejuízos ao bom andamento dos serviços contratados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) PARA O SERVIÇO DE LIMPEZA E JARDINAGEM**

Por este instrumento, estabelece-se que será adotado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo VII deste instrumento, documento \_\_\_\_\_, para os serviços de limpeza e jardinagem.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA**

A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do dia 05/04/2021, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/1993.

§ 1º A garantia permanecerá válida durante toda a vigência contratual e por, no mínimo, 3 (três) meses após o término da contratação, devendo ser renovada a cada prorrogação e atualizada a cada reajustamento ou modificação do valor do contrato, ou sempre que utilizada, total ou parcialmente, para recolhimento de multas, indenizações ou obrigações contratuais devidas pela CONTRATADA.

§ 2º O prazo para comprovação da renovação, atualização ou recomposição da garantia é de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do respectivo aditamento.

§ 3º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do descumprimento do objeto e das demais obrigações contratuais;
- b. multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- c. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA, ou de qualquer de seus funcionários, prepostos ou representantes, durante a execução do contrato; e
- d. obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

§ 4º Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no parágrafo anterior ou que apresentem condições restritivas que impeçam ou dificultem a sua execução pela CONTRATANTE.

§ 5º A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados.

§ 6º O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza ao CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados.

§ 7º A retenção tratada no parágrafo anterior não gera direito a compensação financeira para a CONTRATADA, podendo ser substituído, a qualquer tempo, mediante a apresentação de garantia por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/1993.

§ 8º Para análise e aceitação da garantia, a depender da modalidade escolhida pela CONTRATADA, a CONTRATANTE observará o seguinte:

- a. a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.
- b. deverá constar na carta de fiança expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios do artigo 827 da Lei 10.406/2002, com cláusula de atualização nos termos do § 1º.
- c. o seguro-garantia somente será aceito se a seguradora ou garantidora declarar expressamente, no instrumento competente, que tem ciência das cláusulas de inadimplemento do contrato e de suas respectivas sanções, às quais estará vinculada incondicionalmente para efeito de pagamento da quantia segurada ou garantida, mediante simples requisição da CONTRATANTE, independentemente de manifestação prévia do tomador ou afiançado.
- d. os títulos da dívida pública interna deverão ser apresentados na forma escritural, registrados em centrais de liquidação e de custódia autorizadas pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e oferecidos em garantia pelo valor econômico informado pelo Tesouro Nacional.

§ 9º O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 10. Quando houver atualização do valor contratado, por meio de repactuações e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

§ 11. Quando da rescisão contratual, o gestor do contrato verificará a quitação das verbas trabalhistas rescisórias por parte da CONTRATADA ou a comprovação de que seus empregados serão realocados em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

§ 12. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no caput, a CONTRATANTE deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores caso a empresa não efetue ou não comprove os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

§ 13. A garantia será liberada mediante solicitação da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, desde que comprovado o pagamento de todas as verbas trabalhistas rescisórias decorrentes da contratação e desde que inexistente qualquer pendência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Termo de Referência, a CONTRATADA obriga-se a:

- a. participar da reunião presencial ou por videoconferência, na sede da Justiça Federal de Rondônia, entre a CONTRATANTE (membros da gestão e fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e os prepostos), para discussão e definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- b. oferecer garantia contratual, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, nos termos do artigo 56, §2º, da Lei nº 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- c. prover mão de obra capacitada para desempenhar as atribuições descritas neste instrumento;
- d. fornecer os materiais, os uniformes, acessórios e todos os equipamentos necessários à prestação dos serviços, **além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção para prevenção contra a covid-19;**
- e. designar para a execução dos serviços objeto deste instrumento, empregados com bons antecedentes e em bom estado de saúde física e mental, comprovada por atestados médicos, reservado à CONTRATANTE o direito de recusar os empregados considerados fora das condições exigidas para os serviços;
- f. disponibilizar para a CONTRATANTE a relação dos prestadores de serviços e eventuais substitutos, bem como toda a documentação funcional dos empregados, além dos exames de sanidade física e mental dos que estiverem prestando os serviços nas dependências da CONTRATANTE;
- g. elaborar cronograma anual de férias com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência do início do primeiro período aquisitivo, estabelecendo critérios para a concessão aos prestadores em serviço na CONTRATANTE, definindo percentual mínimo/máximo, com a concordância da CONTRATANTE;
- h. submeter à aprovação da CONTRATANTE as possíveis alterações no cronograma citado no subitem anterior;
- i. enviar à CONTRATANTE cópia dos avisos de férias dos empregados que nela prestarem serviços, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do início da fruição, observado o artigo 135 da CLT;
- j. preparar rigorosamente os substitutos dos empregados em férias que irão prestar serviços à CONTRATANTE, tendo os cargos que ocuparão registrados nas respectivas Carteiras de Trabalho;
- k. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- l. manter a execução do serviço nos horários fixados pela CONTRATANTE;
- m. apresentar, sempre que solicitado, o Atestado de Antecedentes Civil e Criminal de todos os empregados que prestarem serviço nas dependências da CONTRATANTE, conforme artigo 12 da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e o registro dos empregados no Departamento de Polícia Federal, conforme artigo 17 da mesma lei;
- n. comprovar, quando solicitado, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, mediante apresentação de certificados de cursos de formação, expedido por instituições habilitadas e reconhecidas;
- o. cuidar para que a prestação do serviço seja feita de modo ininterrupto, mediante a destinação permanente de substituto imediato, para suprir a ausência do empregado em qualquer situação e tempo, nos horários estabelecidos;
- p. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- q. em substituições eventuais, apresentar os prestadores de serviços substitutos devidamente uniformizados e identificados, no prazo de até 2 (duas) horas após a comunicação da vacância do posto;
- r. informar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 1 (um) dia, sobre eventuais paralisações da categoria e as providências tomadas para a substituição do(s) empregado(s) e o preenchimento dos postos;

- s. comunicar com antecedência de 10 (dez) dias qualquer alteração do quadro de empregados que prestarem os serviços objeto deste instrumento, inclusive nos casos de pedido de demissão voluntária;
  - i. A CONTRATADA poderá alterar a relação de empregados mediante solicitação prévia e por escrito à CONTRATANTE, devendo o substituto ter as mesmas qualificações ou qualificações superiores às do substituído;
- t. substituir, independentemente de apresentação de motivos e sempre que for devolvido pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do serviço;
- u. providenciar para que seus empregados apresentem-se devida e diariamente limpos e uniformizados (com logomarca que identifique a empresa) para o desempenho de suas funções, munidos, quando for o caso, dos dispositivos de proteção que se fizerem necessários e portando, obrigatoriamente, durante o seu turno, cartão de identificação com foto (crachá plastificado ou envolto em envelope plástico);
- v. fornecer aos seus empregados, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de início da prestação dos serviços, e, depois, conforme Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo II deste contrato, documento \_\_\_\_\_, os uniformes, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia deverá ser entregue ao executor do contrato, reservado à CONTRATANTE o direito de exigir, a qualquer tempo, a troca das peças que não satisfizerem as condições mínimas de apresentação pessoal, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após receber comunicação escrita do executor do contrato, para proceder à troca;
- w. fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os quando for o caso, por outros de medidas adequadas;
- x. oferecer aos seus empregados reais e efetivas garantias e medidas indispensáveis à segurança, proteção e higiene no trabalho;
- y. acatar todas as determinações da CONTRATANTE e executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as programações e instruções de serviço, que serão previamente informadas;
- z. responsabilizar-se por eventuais prejuízos ou transtornos causados à CONTRATANTE, provocados por ação ou omissão, sua ou de seus empregados, na prestação dos serviços;
- aa. indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, seu ou de seus empregados, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar, dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor dos prejuízos, podendo, a seu exclusivo critério, optar pela reparação dos danos;
- ab. fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente da má execução dos serviços, danos ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros;
- ac. indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, preposto ou empregado com competência para manter entendimentos, receber e transmitir comunicações junto ao executor do contrato, independentemente de a CONTRATANTE poder manter contatos diretos com a gerência operacional/diretoria da CONTRATADA;
- ad. credenciar empregado(s) de seu quadro administrativo junto à CONTRATANTE para, em dias definidos e horários que não comprometam a prestação dos serviços, procederem à distribuição de contracheques, vale-transporte, vales refeição, e outros documentos de responsabilidade da CONTRATADA, desde que não seja utilizado nenhum sistema informatizado, bem como para esclarecer dúvidas de seus empregados e da contratante e providenciar o que for solicitado;
  - i. O comprovante de entrega dos vales deverá ser feito, preferencialmente, de forma eletrônica, com cópia à CONTRATANTE. Para os demais casos, obrigatoriamente, em duas vias, uma para a CONTRATADA e a outra para o executor do contrato, que deverá recebê-la em até dois dias úteis após a distribuição;
- ae. cumprir as instruções complementares do executor do contrato quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nas dependências da CONTRATANTE;
- af. a CONTRATADA que seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
  - i. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF),

com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços (prepostos);

- ii. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços (prepostos), devidamente assinada pela CONTRATADA;
  - iii. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
  - iv. declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
  - v. os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- ag. fornecer aos seus empregados os vales-transportes e refeição/alimentação conforme dispõe a legislação vigente e as convenções e acordos coletivos das categorias;
- i. Com vista à racionalização e à uniformização de procedimentos na concessão dos vales-transportes e refeição/alimentação aos empregados, a CONTRATADA deverá considerar, em relação aos empregados com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, cada mês como sendo composto de 22 (vinte e dois) dias úteis;
  - ii. Para os empregados que recebem ambos os benefícios por intermédio de cartões magnéticos, estes deverão ser recarregados mensalmente com créditos totais que correspondam aos 22 (vinte e dois) dias referidos no subitem anterior;
  - iii. Os dias em que o empregado faltar ao trabalho por qualquer motivo deverão ter os correspondentes descontos de vales-transportes e refeição/alimentação efetuados na concessão de ambos os benefícios no mês subsequente;
  - iv. Quando do início da vigência do contrato, os vales-transportes e refeição/alimentação deverão ser entregues aos empregados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do contrato;
  - v. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, no caso de empregado substituto ou de novos prestadores de serviços da CONTRATADA, comprovar o fornecimento de vales-transportes e refeição/alimentação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o início da substituição ou início da atividade;
  - vi. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- ah. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- i. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- ai. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a CONTRATANTE analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- aj. na hipótese de a CONTRATADA não honrar os compromissos inerentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das notas fiscais e pagar diretamente aos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, os valores correspondentes aos salários, aos auxílios transporte e refeição/alimentação e aos eventuais direitos trabalhistas dos empregados da CONTRATADA, bem como as contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, fornecendo os documentos necessários para viabilizar todos os pagamentos e recolhimentos, sem ocorrer o rompimento da avença com a CONTRATANTE;

- i. Os valores de que trata este subitem serão depositados diretamente nas contas correntes dos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
  - ii. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários não transfere a responsabilidade do seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste instrumento;
  - iii. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere este subitem pela própria CONTRATANTE, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;
  - iv. Nas ocorrências deste subitem, será aberto processo de apuração de responsabilidade por descumprimento de obrigação contratual, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- ak. encaminhar, obrigatoriamente, à CONTRATANTE, sempre que solicitados, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação, os extratos analíticos correspondentes aos recolhimentos das contribuições para a Previdência Social - INSS e das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS dos empregados alocados para a prestação dos serviços de que trata este instrumento, os quais também deverão ser disponibilizados, caso necessários, aos seus empregados;
- al. proporcionar todos os meios, para que os prestadores de serviços colocados à disposição da CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do início da prestação dos serviços objeto deste instrumento, tenham o Cartão Cidadão ou outro equivalente, expedido por órgão/entidade federal competente, que possibilite a consulta a benefícios sociais e seu recebimento;
- am. proporcionar todos os meios, para que os empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do início da prestação dos serviços objeto deste instrumento, obtenham senha junto ao sistema da Previdência Social para possibilitar-lhes o acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- an. proporcionar todos os meios para que os funcionários obtenham, sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE, os extratos dos recolhimentos das contribuições para a Previdência Social e o FGTS;
- ao. apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de pagamento dos salários e dos auxílios transporte e refeição/alimentação, como também os de recolhimento das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Previdência Social – INSS, todos referentes ao mês anterior da prestação dos serviços de que tratar a nota fiscal;
- i. O pagamento das notas fiscais ocorrerá somente mediante a comprovação do cumprimento das obrigações da que trata o subitem anterior.
- ap. instalar, obrigatoriamente, caso inexistir na cidade de Porto Velho, em até 60 (sessenta) dias corridos, após a assinatura do contrato, escritório com toda a estrutura administrativa necessária à solução de toda e qualquer demanda relacionada com os serviços de que trata este instrumento;
- aq. manter o número de empregados rigorosamente em consonância com o especificado neste instrumento, para o efetivo cumprimento da prestação dos serviços;
- ar. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- as. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203/2010;
- at. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- au. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- av. paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- aw. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

- ax. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, este instrumentos e respectivos anexos, no prazo determinado;
- ay. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- az. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste contrato;
- ba. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei n. 13.146/2015;
- bb. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- bc. manter atualizado os endereços da sede e filiais, se houver, bem com os telefones e e-mails de contato da sede administrativa, prepostos e encarregados, estabelecendo, desde já, que as comunicações oficiais serão realizadas preferencialmente por meios eletrônicos (e-mails, telefones e mensagens eletrônicas);
- bd. a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, a cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados;
  - i. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
  - ii. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
  - iii. Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- be. manter-se, durante o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;
- bf. Considerando o previsto na [Lei 8.666/93](#), art. 40, § 5º, regulamentado pela Resolução 114/2010 do CNJ, artigo 8º, parágrafo único, a empresa deverá absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%, de forma que a alocação dessa mão de obra deverá ser definida em conjunto com o gestor do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Termo de Referência, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a. realizar reunião presencial ou por videoconferência, na sede da Justiça Federal de Rondônia, entre a CONTRATANTE (membros da gestão e fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e os prepostos), para discussão e definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- b. designar gestor e fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- c. proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações pactuadas;
- d. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- e. assegurar a entrada dos equipamentos, materiais e insumos necessários e o acesso às suas dependências dos empregados da CONTRATADA, para a execução dos serviços, respeitadas as normas internas de segurança;
- f. informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às instalações dos edifícios onde os serviços serão prestados e as eventuais alterações introduzidas em tais preceitos;

- g. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços contratados, assim como determinar as providências necessárias à regularização das falhas verificadas;
- h. exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste instrumento;
- i. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- j. impedir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- k. impedir que terceiros executem os serviços contratados;
- l. promover, por intermédio do gestor e dos fiscais do contrato, o recebimento mensal do objeto;
- m. comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua não adequação aos termos contratuais;
- n. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relacionados com os serviços pactuados;
- o. aprovar o cronograma de férias apresentado pela CONTRATADA para seus empregados e as alterações nele efetuadas;
- p. aferir mensalmente a qualidade dos serviços prestados, sendo que para os serviços de limpeza será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo VII deste instrumento, documento \_\_\_\_\_;
- q. realizar mensalmente o pagamento dos serviços prestados, com a devida retenção dos impostos e valores correspondentes a conta vinculada;
- r. não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - i. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - ii. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
  - iii. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - iv. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- s. solicitar aos empregados da CONTRATADA, selecionados por amostragem, por intermédio do gestor e dos fiscais designados para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, os extratos individuais das contas vinculadas do FGTS, com o objetivo de verificar a realização dos respectivos depósitos pela CONTRATADA;
- t. solicitar aos empregados da CONTRATADA, selecionados por amostragem, por intermédio do gestor e dos fiscais designados para fiscalizar a execução do contrato, que verifiquem se as contribuições para a Previdência Social estão sendo recolhidas em seus nomes pela CONTRATADA;
- u. comunicar aos órgãos competentes e à Receita Federal do Brasil, quaisquer irregularidades cometidas pela CONTRATADA no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS;
- v. exigir da CONTRATADA as Certidões Negativas de Débitos para com a Previdência Social – CND, o FGTS, tributos federais etc., caso esses documentos não estejam regularizados perante o Sicafe, conferindo prazo para regularização sob pena de apuração de responsabilidade;
- w. aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- x. exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93).



- y. respeitar e fazer respeitar o Código de Ética Profissional e o Código de Ética que rege a Justiça Federal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Serviços Gerais – Seseg, devidamente designado para a função de gestor do contrato, permitida a assistência de terceiros.

§ 1º O acompanhamento e a fiscalização da CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

§ 2º O gestor do contrato registrará todas as ocorrências constatadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da CONTRATADA em solucionar as pendências registradas.

§ 3º A atestação de conformidade da prestação do serviço, para fins de pagamento, cabe ao gestor do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

A emissão da nota fiscal/fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos estabelecidos nesta cláusula.

§ 1º No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

§ 2º O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação comprobatória da seguinte forma:

- a. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
  - i. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, nos termos da Planilha de Custos e Formação de Preços – Anexo I deste instrumento, documento \_\_\_\_\_, e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo VII deste instrumento, documento \_\_\_\_\_, para o serviço de limpeza, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  - ii. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
  - iii. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas na Orientação da Fiscalização Administrativa – Anexo IX deste instrumento, documento \_\_\_\_\_, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- b. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
  - i. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- ii. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

I. Na hipótese de a verificação a que se refere este item não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

§ 3º No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c. Comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo VII deste instrumento, para o serviço de limpeza.

§ 4º O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 10.406, de 2002).

§ 5º Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato, no Termo de Referência, documento \_\_\_\_\_, e na proposta comercial, documento \_\_\_\_\_, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

§ 6º As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

É admitida a adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma instituída no Decreto n. 9.507/2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017.

§ 1º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§ 2º O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa), do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa; e
- c. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

§ 3º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

§ 4º Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

§ 5º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

§ 6º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

§ 7º A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 8º Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

§ 9º A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

- a. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 3 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- b. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- c. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo a CONTRATANTE esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

§ 10. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n. 1.054/1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

- a. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- b. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- c. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- d. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- e. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

§ 11. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 12. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

§ 13. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 14. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

§ 15. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

§ 16. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea "k" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da nota fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitivo dos serviços pelo gestor e fiscal do contrato, mas a sua efetivação somente ocorrerá se houver a comprovação do pagamento dos salários e benefícios do mês anterior aos empregados que prestarem serviços à CONTRATANTE.

- a. Caso haja despesas excepcionais previamente autorizada pela CONTRATANTE no mês de referência, como o pagamento de diárias, custos de deslocamentos e/ou horas extras, essas devem ser faturadas em nota fiscal à parte e possuir descrição detalhada dos serviços.

§ 1º O recebimento e a aceitação dos serviços serão atestados pelo gestor e fiscal do contrato, em documento para este fim, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

§ 2º De acordo com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo VII deste instrumento, a ser emitido pelo gestor e fiscal do contrato mensalmente, bem como a apuração e aceitação do objeto, nos termos da cláusula décima sétima deste instrumento, a CONTRATADA será comunicada para que emita nota fiscal com o valor dimensionado e apurado, deduzido eventuais glosas parciais dos serviços medidos.

§ 3º No corpo da nota fiscal deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. data de emissão;
- b. dados da CONTRATANTE;
- c. descrição dos serviços realizados, período de prestação dos serviços, com sua quantidade, valor unitário e total;
- d. o número do processo que deu origem à contratação, número do contrato e o número da Nota de Empenho;
- e. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e

- g. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12, ou ainda, quaisquer benefícios/vantagens tributárias.

§ 4º A CONTRATADA deverá apresentar junto com a nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes:

- a. do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), do benefício de vale alimentação e de quaisquer obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei n. 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
- b. do pagamento antecipado do vale-transporte pelos funcionários optantes, de acordo com o art. 1º da Lei n. 7.418/85 e a vigente Convenção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, bem como cópia dos comprovantes de pagamento;
- c. da regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicafe, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e
- d. do pagamento de eventuais tributos relativos à contratação, cuja obrigação de retenção não seja do CONTRATANTE.

§ 5º Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

§ 6º Para fins de pagamento, consultar-se-á on-çome ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicafe, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal (Receita Federal e a Seguridade Social - INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela CONTRATANTE, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

§ 8º No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$ , onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

§ 9º CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais glosas, multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

§ 10. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

§ 11. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações, bem como o ISSQN, na forma da Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal.

§ 12. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício

previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sujeitam-se às penalidades descritas nesta cláusula, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, artigos 86 e 87, e na Lei n. 10.520/02, artigo 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, artigo 49, que incidir em:

- a. recusa em aceitar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.
- e. não manter, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Fica estipulado o percentual de 0,1%, por dia corrido, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, quando a CONTRATADA:

- a. descumprir o prazo para submeter à fiscalização da CONTRATANTE a relação dos empregados, com a respectiva especialização, acompanhada da indispensável identificação;
- b. descumprir o prazo para indicar o nome do seu preposto para manter entendimentos, transmitir e receber comunicações ao executor do contrato;
- c. descumprir o prazo para elaborar cronograma de férias.

§ 2º Fica estipulado o percentual de 0,2%, por dia corrido, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, quando a CONTRATADA:

- a. descumprir a obrigação de fornecer os uniformes aos empregados, conforme Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo II deste contrato, documento \_\_\_\_\_, e o prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, para uniformizá-los;
- b. deixar de:
  - a. atender solicitação formal da CONTRATANTE, por ocorrência;
  - b. cumprir as exigências relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, por ocorrência;
  - c. observar as determinações da CONTRATANTE quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência;
  - d. substituir o empregado que se apresentar sem uniforme ou desatento às normas de higiene pessoal, por ocorrência;
  - e. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário;
  - f. cumprir orientação da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, por ocorrência.
- c. deixar de encaminhar à CONTRATANTE os extratos analíticos correspondentes aos recolhimentos das contribuições para o INSS e das contas vinculadas do FGTS dos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, mensalmente, ou quando solicitado;
- d. deixar de providenciar o cartão cidadão ou outro equivalente para todos os empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- e. deixar de providenciar junto ao INSS senhas para que os empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento acessem o Extrato de Informações Previdenciárias pela *internet*;

- f. não apresentar as condições de habilitação exigidas na contratação, em especial a regularidade fiscal, no momento do pagamento mensal;
- g. manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado;
- h. retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado;
- i. deixar de cumprir quaisquer obrigações contratuais não previstas nesta cláusula, por dia, por hora ou por ocorrência, conforme o caso, limitados a 20 (vinte) dias úteis, 30 (trinta) dias corridos ou 10 horas, respectivamente.

§ 3º Fica estipulado o percentual de 0,3%, por dia corrido, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, quando a CONTRATADA deixar de instalar escritório na cidade de Porto Velho para a solução de demandas relacionadas com os serviços objeto deste instrumento.

§ 4º Fica estipulado o percentual de 0,5%, por dia útil, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, por:

- a. deixar de efetuar o pagamento de salários aos empregados em dias previamente estipulados;
- b. deixar de fornecer aos empregados os vales transporte e refeição/alimentação;
- c. deixar de recolher as contribuições previdenciárias e do FGTS;
- d. deixar de manter o número de empregados estabelecido neste instrumento;
- e. deixar de efetuar o pagamento do 13º salário e das parcelas pecuniárias relativas às férias dos empregados, nos prazos legais ou estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho das categorias;
- f. suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por unidade de atendimento.

§ 5º Fica estipulado o percentual de 5% sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa punitiva, acumulada com as multas moratórias estipuladas neste instrumento, quando da ocorrência de faltas graves, caracterizadas como falha na execução do contrato, sendo:

- a. o não pagamento dos salários e dos auxílios transporte e alimentação nos prazos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT ou em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- b. o não recolhimento das contribuições dos empregados para a Previdência Social e o FGTS;
- c. permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.

§ 6º As faltas referidas no subitem anterior poderão ensejar a rescisão unilateral da avença, a aplicação concomitante das sanções pecuniárias a que alude este instrumento e o impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme dispõe o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

§ 7º Será descontado (glosado) o valor correspondente às horas não trabalhadas, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por deixar de substituir o empregado que faltar ao trabalho, no prazo de 2 (duas) horas, contado do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

§ 8º No caso de inexecução total, a CONTRATANTE aplicará a multa punitiva de 10% (dez por cento) e, de inexecução parcial, aplicará a multa punitiva de 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor total do contrato não executado, sendo cumulativa com os demais percentuais de multa que forem discriminados para cada inexecução parcial notificada, além da aplicação do impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

- a. A inexecução total poderá ser formalizada quando a CONTRATADA não iniciar a execução dos serviços em até 15 (quinze) dias corridos da data assinalada para o início da execução contratual.
- b. A inexecução parcial poderá ser formalizada após constatada pelo gestor do contrato a prática de reiterados descumprimentos contratuais que acumulados, com ou sem solução pela CONTRATADA, compromete a regular execução dos serviços do contrato, ou outras circunstâncias graves que sejam verificadas pelo gestor, independentemente de reiterados descumprimentos.

§ 9º As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela CONTRATANTE, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 10. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 12. O valor da multa será descontado da garantia contratual e, caso insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, podendo ser cobrada judicialmente.

§ 13. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento – e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

§ 14. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

§ 15. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em dívida ativa.

§ 16. Em garantia ao contraditório e à ampla defesa, na aplicação de qualquer sanção, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É expressamente vedada à CONTRATADA a subcontratação das obrigações assumidas neste instrumento, relativas às atividades de administração e gerenciamento dos serviços.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser rescindido:

- a. por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência - Anexo I ao Edital;
- b. amigavelmente, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei n. 8.666, de 1993.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

§ 2º A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n. 8.666, de 1993.

§ 3º O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.



§ 4º O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no artigo 5º do Decreto n. 9.507/2018.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FONTE**

Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

- a. do imposto sobre a renda – IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, da contribuição para seguridade social – COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 e alterações;
- b. do INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB 971/2009 e alterações, conforme determina a Lei 8.212/1991 e alterações;
- c. do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ou ISS, na forma da Lei Complementar 116/2003 e alterações, c/c a legislação municipal em vigor.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CONTA VINCULADA**

Serão provisionados do pagamento mensal devido à CONTRATADA as rubricas de encargos trabalhistas relativos a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, sendo depositadas em banco público oficial indicado pela CONTRATANTE, para atendimento ao disposto no artigo 18 da IN SEGES/MP n. 5/2017, as regras acerca da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

§ 1º A CONTRATANTE realizará as provisões mensais para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este item, as quais serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela CONTRATANTE em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

§ 2º O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a. 13º (décimo terceiro) salário;
- b. férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

§ 3º. A CONTRATANTE firmou Termo de Cooperação Técnica com Caixa Econômica Federal, agência PAB Caixa JEF/RO, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

§ 4º A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será precedida dos seguintes atos:

- a. solicitação da CONTRATANTE, mediante ofício, de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação;
- b. assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, de termo de autorização que permita a CONTRATANTE ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização da CONTRATANTE.

§ 5º O saldo da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTRATANTE e a instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

§ 6º Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no § 2º, retidos por meio da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

§ 7º Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

§ 8º Os valores provisionados na forma do § 2º, somente serão liberados nas seguintes condições:

- a. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- b. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- c. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- d. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

§ 9º A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no § 2º ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

- a. Para a liberação dos recursos em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- b. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.
- c. A autorização deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- d. A CONTRATADA deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

§ 10. Os valores provisionados para atendimento do § 2º são os discriminados conforme tabela a seguir:

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS  
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO**

ITEM	PERCENTUAIS
13º (décimo terceiro) salário	<b>8,33%</b> (oito vírgula trinta e três por cento)
Férias e 1/3 Constitucional	<b>12,10%</b> (doze vírgula dez por cento)
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio	<b>4,00 %</b> (quatro por cento)

indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>24,43%</b> (vinte e quatro vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	<b>7,39%</b> (sete vírgula trinta e nove por cento)	<b>7,60%</b> (sete vírgula seis por cento)	<b>7,82%</b> (sete vírgula oitenta e dois por cento)
<b>TOTAL</b>	<b>31,82%</b> (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento)	<b>32,03%</b> (trinta e dois vírgula zero três por cento)	<b>32,25%</b> (trinta e dois vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 11. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA– DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da n. Lei 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 1993, na Lei n. 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, nos Decretos n. 10.024/2019 e 9.507/2018, na Resolução CNJ 169/2013, nas Instruções Normativas CJF 01/2013 e SEGES/MPDG n. 05/2017, no que cabível, e demais normas pertinentes, vinculando-se, independentemente de transcrição, ao Edital do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2020 e anexos, constante do Processo Administrativo Eletrônico n. 0000382-47.2020.4.01.8012, bem como à proposta da CONTRATADA, documento \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, o presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, em forma de extrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TRIGÉSIMA – DO FORO**

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em ambiente virtual SEI, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

**ALINE FREITAS DA SILVA**  
Diretora da Secretaria Administrativa  
Pela CONTRATANTE

**NOME DO REPRESENTANTE**  
Função/Cargo  
Pela CONTRATADA

**ANEXOS DO CONTRATO N. \_\_\_\_/2021**

Anexo I – Planilhas de Custos e Formação de Preços, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo II – Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo III – Descrição das Atribuições dos Postos de Serviços, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo IV – Qualificação Mínima Exigida das Categorias, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo V – Adoção de Práticas de Sustentabilidade na Execução dos Serviços de Limpeza, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo VI – Planilhas de Cálculo Máximo de Produtividade para o Serviço de Limpeza, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo VII – Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para Serviço de Limpeza e Jardinagem, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo VIII – Orientação da Fiscalização Técnica, documento \_\_\_\_\_;  
Anexo IX – Orientação da Fiscalização Administrativa, documento \_\_\_\_\_.



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago, Supervisor(a) de Seção**, em 18/02/2021, às 13:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **12381330** e o código CRC **AC5773D8**.